CÂMARA MUNICIPAL DE SOUSEL

Aviso n.º 6761/2005 (2.ª série) — AP. — Jorge Manuel Bettencourt Machado Carrilho, presidente da Câmara Municipal de Sousel:

Faz público que, por despacho datado de 17 de Agosto de 2005, foi celebrado por um ano, contrato de trabalho a termo certo na categoria de condutor de máquinas pesadas e veículos especiais, grupo de pessoal auxiliar, com início a 1 de Setembro de 2005, eventualmente prorrogável por idêntico período, com Ângelo Veiga Penado, escalão 1, índice 155.

2 de Setembro de 2005. — O Presidente da Câmara, *Jorge Manuel Bettencourt Machado Carrilho*.

CÂMARA MUNICIPAL DE TAROUCA

Aviso n.º 6762/2005 (2.ª série) — AP. — Mário Caetano Teixeira Ferreira, presidente da Câmara Municipal de Tarouca, faz público que, nos termos e em cumprimento do disposto no artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicável à administração local por força do disposto no n.º 1 do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, foi revogado em mútuo acordo, cessando efeitos a partir do dia 1 de Agosto de 2005, o contrato de trabalho a termo resolutivo certo celebrado em 27 de Novembro de 2003 com Paula Alexandra de Sousa Nunes Roxo, para desempenho das funções de técnica superior de 2.ª classe, área de informática, matemáticas aplicadas. [Isento de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.]

24 de Agosto de 2005. — O Presidente da Câmara, *Mário Caetano Teixeira Ferreira*.

CÂMARA MUNICIPAL DE TOMAR

Aviso n.º 6763/2005 (2.ª série) — AP. — Torna-se público que, por deliberação do executivo municipal tomada em reunião realizada em 21 de Março de 2005, foi aprovado o projecto de Regulamento do Canil Intermunicipal de Tomar, anexo, o qual se encontra a apreciação pública, nos termos do artigo 118.º, do Código do Procedimento Administrativo, pelo prazo de 30 dias, contados da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

1 de Setembro de 2005. — O Presidente da Câmara, *António P. Silva Paiva*.

Projecto de Regulamento do Canil-Gatil Municipal de Tomar**Preâmbulo**

1 — Compete às Câmaras Municipais procederem à captura, alojamento provisório e abate de canídeos e gatídeos, nos termos da legislação aplicável e para deliberar sobre a deambulação e extinção dos animais nocivos em conformidade com o disposto do artigo 8.º e artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 314/2003, de 17 de Dezembro.

2 — Por sua vez, a Convenção Europeia para a Protecção dos Animais de Companhia, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 13/93, de 13 de Abril, e as respectivas medidas complementares, estabelecidas pelo Decreto-Lei n.º 276/2001, de 17 de Outubro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 315/2003, de 17 de Dezembro, disciplinaram a detenção, o alojamento, a captura e o abate de animais de companhia.

Por outro lado, a Portaria n.º 421/2004, de 24 de Abril, que aprovou o Regulamento de Classificação, Identificação e Registo dos Carnívoros Domésticos, artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 315/2003, de 17 de Dezembro, que regulou o licenciamento de Canis e Gatis e o n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 314/2003, de 17 de Dezembro, dispõe que os municípios devem possuir instalações destinadas a canis e gatis, de acordo com as necessidades municipais e postos adequados à execução de campanhas de profilaxia médica e sanitária.

3 — Cumpre sublinhar que o Decreto-Lei n.º 313/2003, de 17 de Dezembro, que estabeleceu o Sistema de Identificação de Caninos e Felinos, determinou a obrigatoriedade da identificação electrónica de canídeos e gatídeos entre os três e os seis meses de idade,

a qual deve ser implementada, progressivamente, a partir de 1 de Julho de 2004.

4 — O Regulamento acolhe as disposições constantes da Portaria n.º 81/2002, de 24 de Janeiro, alterada pela Portaria n.º 899/2003, de 28 de Agosto, e do Decreto-Lei n.º 314/2003, de 17 de Dezembro, que instituíram e aprovaram o Programa Nacional de Luta e Vigilância Epidemiológica da Raiva Animal e Outras Zoonoses.

5 — Assim, nos termos do disposto no artigo 241.º da Constituição e na alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e tendo em conta as normas legais e regulamentares supracitadas, a Câmara Municipal de Tomar delibera submeter à Assembleia Municipal de Tomar para aprovação, o seguinte projecto de Regulamento, após apreciação pública feita nos termos do artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo.

6 — De acordo com o previsto no Decreto-Lei n.º 314/2003, de 17 de Dezembro, o Canil-Gatil Municipal de Tomar vai servir os vários concelhos vizinhos.

Artigo 1.º**Objecto e âmbito**

O presente Regulamento disciplina no município de Tomar:

- A organização e o funcionamento do Canil Municipal de Tomar, doravante designado por Canil-Gatil Municipal de Tomar;
- A captura, o alojamento temporário e a occisão pelo Canil-Gatil Municipal de Tomar, e a adopção de canídeos e gatídeos vadios ou errantes, doravante designados por animais errantes;
- A circulação na via pública e demais lugares públicos de animais não errantes.

Artigo 2.º**Fins**

O presente Regulamento visa a promoção da saúde e da segurança públicas, a qualidade do ambiente e o bem-estar dos canídeos e gatídeos de companhia.

Artigo 3.º**Animais vadios ou errantes**

Para efeitos do presente Regulamento, entende-se por animal vadio ou errante, todo o canídeo ou gatídeo que seja encontrado na via pública e demais lugares públicos, sem identificação, fora do controlo ou da vigilância dos respectivos detentores.

Artigo 4.º**Abandono de animais**

Em conformidade com o disposto no artigo 6.º-A do Decreto-Lei n.º 315/2003, de 17 de Dezembro, «Considera-se abandono de animais de companhia a não prestação de cuidados no alojamento, bem como a sua remoção efectuada pelos seus detentores efectuada para fora do domicílio, ou dos locais onde costumam estar mantidos, com vista a pôr termo à sua detenção, sem que procedam à sua transmissão para a guarda e responsabilidade de outras pessoas, das autarquias, locais ou de sociedades zóofilas».

Artigo 5.º**Direcção e orientação do Canil-Gatil Municipal de Tomar**

O Canil-Gatil Municipal de Tomar é dirigido pela Câmara Municipal de Tomar, sob orientação técnica do médico veterinário municipal.

Artigo 6.º**Horário de atendimento**

O horário de atendimento do Canil — Gatil Municipal de Tomar é estabelecido mediante edital a afixar nos locais do costume.